

EDITORIAL



Avaliação por pares e elaboração de pareceres como processo construtivo e formativo: reflexões articuladas às práticas editoriais da Revista Ensaio

Marina Martins¹

<https://orcid.org/0000-0002-8659-8167>

Glauco S F Silva²

<http://orcid.org/0000-0002-2747-720X>

Luiz Gustavo Franco³

<http://orcid.org/0000-0002-1009-7788>

Caro(a) leitor(a), este editorial tem o propósito de refletir sobre o papel formativo e construtivo da avaliação por pares, prática consolidada nos processos de publicação da pesquisa científica nos mais diferentes campos do conhecimento. Partimos de articulações entre pressupostos teóricos que fundamentam o trabalho e as práticas editoriais, adotadas pela Revista Ensaio. Nesse sentido, o nosso objetivo aqui é ampliar a discussão sobre os critérios que nossa equipe tem considerado relevantes na emissão de pareceres construtivos.

Há séculos, a publicação em periódicos se consolidou como o meio de comunicação por excelência em ciência (Adam, 2024; Spier, 2002). Ao longo do tempo, processos de editoração foram se tornando mais complexos, o que incluiu a revisão entre pares como prática central da comunicação científica. No início, não havia regras ou critérios estabelecidos como atualmente (Kronick, 1990). O periódico mais antigo ainda em atividade, *Philosophical Transactions*, iniciou suas publicações em 1665 sem o trabalho de avaliação por pares. O que ocorria naquele momento era uma seleção, por parte do responsável pelo periódico, dos artigos que seriam publicados (Adam, 2024; Spier, 2002).

Práticas que se assemelham ao que temos hoje na avaliação por pares passaram a ser adotadas somente décadas depois. Isto é, especialistas emitindo avaliações sobre um artigo, que são então analisadas por editores da revista (Kronick, 1990). Um dos primeiros exemplos desse tipo de procedimento é observado no periódico *Medical Essays and Observations*, em 1731 (Kronick, 1990). Até então, problemas em uma publicação eram indicados por outros cientistas, quando apontavam falhas nos estudos de seus pares em suas próprias publicações. Em certa medida, esse tipo de debate publicizado ainda acontece. Todavia, grande parte dos problemas teóricos e/ou metodológicos de uma pesquisa é debatida/resolvida na avaliação por pares, antes da publicação de um manuscrito (Csiszar, 2016).

Esse processo foi se especializando e algumas regras foram estabelecidas. Nas primeiras décadas do século XIX, por exemplo, se estabelecia o que hoje conhecemos como avaliação anônima. Naquele momento, normalmente apenas a identidade dos revisores era anônima (Csiszar, 2016; Kronick, 1990). A partir da segunda metade deste século, por sua vez, se estabeleceu a avaliação duplamente anônima (Kronick, 1990; Spier, 2002), isto é, as identidades da autoria e de pareceristas eram mantidas anônimas.

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil. marinamartins@ufbr.edu.br.

² Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ - Campus Petrópolis, Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Educação. glauco.silva@cefet-rj.br.

³ Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Brasil. luizgfs@ufmg.br.

Ao longo do século XX, a avaliação entre pares se consolidou como prática central na editoria científica. Desde então, novas demandas e iniciativas têm emergido tais como os esforços na maior transparência e na redução de vieses nas avaliações, as iniciativas vinculadas à avaliação entre pares aberta (Mendonça et al., 2023), além das discussões sobre o papel dos pareceres construtivos na construção do conhecimento científico (Cabezas et al., 2018; Hohendorff, 2021). Assim sendo, no presente editorial, nos voltamos especificamente para este último aspecto: a emissão de pareceres formativos e construtivos.

Nossa motivação partiu, a princípio, de desafios compartilhados também por colegas de outros periódicos vinculados às áreas de Educação e Educação em Ciências. Há décadas, é observada a dificuldade em encontrar pareceristas, como já apontado por Pinho (2005). Essa dificuldade pode estar relacionada à ausência de remuneração pelo trabalho de revisão, à sobrecarga de demandas profissionais das pessoas revisoras ou ao envolvimento simultâneo em pareceres de outras revistas e compromissos acadêmicos. É comum, por exemplo, que declinem convites para avaliar ou solicitem mais tempo para a elaboração do parecer.

Esses desafios partem não apenas dessa dificuldade para se encontrar pessoas avaliadoras. Envolve também a ausência de um processo de formação de pareceristas e de um debate qualificado sobre o que significa um parecer construtivo dentro da área. Isso gera consequências danosas aos processos editoriais. Por vezes, a editoria tem de iniciar novos pedidos de avaliação, pois recebem pareceres com baixo rigor ou pareceres vagos. Em alguns casos, pode ocorrer de as avaliações serem marcadas por julgamentos de valor e hostilidades (Hohendorff, 2021), redigidas de modo superficial e apressado (Pinho, 2005) e sem fundamentos capazes de sustentar a decisão editorial (Gross, 2020). Por vezes, por diversas razões apontadas na literatura, os pareceres podem não ser suficientes, demandando da editoria uma nova avaliação (Patrus et al., 2016). Esses fatores tornam o fluxo editorial ainda mais desafiador, exigindo sensibilidade, ética e compromisso com a qualidade do processo avaliativo. Essas são questões comumente compartilhadas com outros coletivos editoriais, como no Fórum de Editores de Periódicos da Área de Educação – FEPAE; em reuniões de editores que ocorrem em congressos da área de Educação em Ciências (e.g. ENPEC); ou no âmbito da comissão recém-criada pela Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências - ABRAPEC, que estabeleceu um Grupo de Trabalho voltado para os periódicos brasileiros da área.

FLUXO DE TRABALHO EDITORIAL

Algumas aprendizagens junto à nossa equipe podem ser úteis no enfrentamento desses desafios. Um primeiro aspecto nesse sentido se refere à própria estrutura e fluxo do trabalho editorial que temos adotado. Na Ensaio, contamos uma equipe formada por pessoas que ocupam as funções de editoria assistente, editoria adjunta e editoria-chefe. Cada um desses grupos exerce atividades distintas, porém articuladas em um *continuum* nos processos da editoria. Essa estrutura oportuniza uma dinâmica de trabalho coletivo, plural e colaborativo, e que confere maior transparência na avaliação de artigos, além de minimizar sobremaneira possíveis erros no processo editorial como um todo.

O trabalho editorial da Ensaio se inicia com o recebimento do artigo pela editoria assistente. Essa etapa envolve uma pré-análise que considera tanto o conteúdo, com foco nos elementos essenciais que um manuscrito de um relato de pesquisa deve apresentar, quanto a sua forma. Especificamente, a avaliação preliminar contempla os seguintes critérios: clareza da redação; pertinência ao escopo da revista; adequação da escrita à norma culta da língua; identificação de informações sigilosas; verificação de plágio; e conformidade às normas de formatação da revista. É nessa fase que se avalia se o manuscrito apresenta potencial para seguir para etapa seguinte da avaliação, conduzida pela editoria adjunta. Ainda na pré-análise, também são analisadas as declarações da autoria, relevantes para que o manuscrito prossiga no fluxo de tramitação, a saber: informações sobre uso de ferramentas de IA generativa na produção de conteúdo do manuscrito; adesão às políticas de ciência aberta adotadas pela revista; registro da contribuição de cada autor(a) envolvida na produção do manuscrito, além de uma declaração sobre os princípios e procedimentos éticos adotados na pesquisa. Esse processo é acompanhado pela editoria-chefe, o que contribui para que o fluxo editorial seja conduzido com agilidade, qualidade e de modo dialógico e transparente na tomada de decisões.

Tendo em vista as declarações da autoria e que o manuscrito apresenta potencial para prosseguir à avaliação por pares, o(a) editor(a)-chefe seleciona um dos integrantes da editoria adjunta para acompanhar o

manuscrito a partir desse ponto. Essa escolha baseia-se em critérios como a familiaridade com a temática e com a subárea abordada, de modo a garantir que o acompanhamento editorial ocorra com conhecimento especializado sobre o campo de estudo, contribuindo para um processo mais qualificado. Para mais, outro aspecto considerado é a ausência de conflitos de interesse entre as autorias do manuscrito. Esses cuidados buscam assegurar a transparência, a integridade científica, bem como reduzir possíveis vieses subjetivos no processo.

Com a designação de uma pessoa da editoria adjunta, o manuscrito segue para o processo de avaliação por pares. Nesse momento, alguns critérios são considerados para uma seleção criteriosa de pessoas avaliadoras, a saber: possuir o título de doutor(a); ter relação com a temática do manuscrito; demonstrar que desenvolver pesquisas na área em questão; e, sobretudo, não manter vínculos profissionais ou produções conjuntas recentes com as autorias. Tais critérios visam preservar a transparência e a integridade científica da avaliação, a partir, por exemplo, da escolha de pareceristas vinculados a diferentes instituições e, sempre que possível, de distintas regiões do país. Esses procedimentos, como defendido por Pinho (2005), podem contribuir para ampliar a diversidade de perspectivas e reduzir a influência de relações pessoais, institucionais ou desafetos, fortalecendo, assim, a qualidade do processo avaliativo.

Uma vez recebidos os pareceres, a editoria adjunta elabora uma minuta da decisão editorial com uma síntese analítica ponderada, que contempla o percurso do manuscrito, considerando não somente as avaliações das pessoas pareceristas, mas também colocações da pré-análise e as diretrizes do periódico. Essa síntese argumentativa é, então, discutida com a editoria-chefe, responsável pela emissão da decisão editorial final.

A decisão editorial, nesse sentido, não se baseia apenas nos pareceres da avaliação por pares. É importante que o processo esteja fundamentado em uma avaliação que considere os comentários das pessoas pareceristas à luz de critérios claramente definidos pela revista, possibilitando uma condução rigorosa, integrada, dialógica e transparente, culminando na emissão de uma decisão final pela editoria. Isto é, os pareceres se constituem em um subsídio importante, mas se não se configuram em si na decisão editorial final. Na Ensaio, esse compromisso se manifesta ao longo de todas as etapas editoriais, desde a submissão do manuscrito e a realização da pré-análise, até a consideração dos pareceres da avaliação por pares. Nossas reuniões periódicas, nas quais promovemos momentos de formação coletiva e compartilhamos informações sobre o fluxo editorial, constituem uma importante estratégia da equipe no sentido de justificar e respaldar as decisões editoriais, sejam quais forem, de recusas ou de aceites. Dessa forma, em casos nos quais a decisão editorial possa divergir das recomendações indicadas na avaliação por pares, as razões encontram-se fundamentadas em todo esse percurso, sustentado por uma argumentação consistente e conduzido dialogicamente pela equipe editorial. Para que esse processo ocorra de forma coerente e transparente, é fundamental que a revista defina com os critérios de avaliação, em consonância com seu foco e escopo (Patrus, et al., 2016; Pinho, 2005).

O PARECER CONSTRUTIVO: APRENDIZAGENS E PROPOSTAS

Como podem observar, caro leitor e cara leitora, o processo de avaliação entre pares é complexo. Requer aprimoramentos contínuos, como a padronização de procedimentos desde a submissão até a publicação de um manuscrito; a seleção cuidadosa de pessoas revisoras; a criação e a revisão periódica de protocolos que orientem a atuação das pessoas pareceristas; bem como a implementação de políticas de formação de novos pareceristas dentro de um campo de pesquisa e o devido reconhecimento a revisores e revisoras (Smith, 2006). Esses aspectos têm sido objeto de debate e uma oportunidade para nossa formação mútua na editoria da Ensaio. Em nosso editorial de 2023, por exemplo, discutimos o processo de avaliação por pares aberta, bem como a proposta do artigo-parecer, elaborado pelas pessoas avaliadoras e publicado na seção Perspectivas da revista. Esse momento ocorre ao final do processo editorial, para o caso de artigos já aceitos e que a editoria considera que os pareceres emitidos foram construtivos e representaram uma rica oportunidade para o avanço do manuscrito avaliado. As identidades das pessoas autoras e avaliadoras tornam-se conhecidas, e o artigo-parecer constitui uma reflexão sobre a atuação das pessoas avaliadoras, na qual se estabelecem diálogos sobre as contribuições do parecer ao manuscrito original (Mendonça et al., 2023).

Entendemos que o artigo-parecer constitui uma forma de reconhecimento do trabalho voluntário das pessoas pareceristas, além de possuir um caráter formativo e construtivo para a área de pesquisa. O artigo-

parecer, na forma como foi pensado por nossa editoria, não é um texto comum. É uma produção que retoma os principais apontamentos destacados na análise do manuscrito (pareceres e carta-resposta), de modo a fornecer transparência ao processo avaliativo. O artigo-parecer não apenas é o reflexo da emissão de um parecer construtivo, mas aponta para uma ampliação da discussão, seguindo as características de um ensaio que provoca a reflexão e diálogo na área. Assim, contribui com reflexões teóricas e/ou metodológicas relevantes para a pesquisa em Educação em Ciências (Mendonça et al., 2023).

Esse movimento significou, no âmbito de nosso trabalho colaborativo de editoria, aprofundarmos o que consideramos ser um parecer construtivo. Este, definido de formas simples, é uma avaliação a partir da qual “um artigo pode ser aperfeiçoado e, em última instância, pode ser uma forma de qualificar futuras pesquisas” (Hohendorff, 2021, p. 3).

Com base nessa compreensão, e partindo de nossos debates formativos, convidamos a comunidade da Educação em Ciências, a uma reflexão que articula fundamentos teóricos às nossas práticas editoriais, com o intuito fortalecer a elaboração de pareceres construtivos em nossa área. Afinal, não se trata apenas de julgar a adequação de um manuscrito à publicação, mas de favorecer um diálogo entre pares, que impulse o processo de construção do conhecimento científico, bem como a formação das autorias, da editoria e das pessoas revisoras. Essa discussão ganha relevância se considerarmos que pareceristas podem ou não demonstrar engajamento com o manuscrito, seja pelo acúmulo de múltiplas demandas acadêmicas (Patrus et al., 2026), ou mesmo por influências de percepções e interpretações próprias desses sujeitos, entendidos como agentes situados em contextos específicos (Forato, 2025).

Neste editorial, como discutimos anteriormente, reconhecemos a sobrecarga de trabalho que marca a rotina acadêmica da nossa comunidade de Educação em Ciências e valorizamos o esforço das pessoas pareceristas, inclusive por meio de iniciativas como o artigo-parecer. Contudo, acreditamos que ainda é necessário avançarmos na discussão sobre o que caracteriza um parecer construtivo. O que define essa qualidade? Que elementos deve conter para cumprir sua função formativa e de contribuição científica?

Um primeiro elemento nesse sentido é a atenção da pessoa parecerista aos critérios de avaliação estabelecidos pelo periódico. Apesar de muitos critérios serem amplamente compartilhados em nossa comunidade, nem todas as revistas possuem o mesmo foco e escopo, ou desejam valorizar aspectos e temáticas mais específicas do campo de pesquisa. Isso se reflete em critérios de avaliação propostos nas diretrizes do periódico, que são úteis para que a pessoa editora tome uma decisão sobre a publicação de um manuscrito.

Na Ensaio, por exemplo, pessoas avaliadoras são orientadas a partir de determinados critérios, que são continuamente pensados e, por vezes, revisados pela equipe editorial. No caso da avaliação de um manuscrito que relata uma pesquisa empírica, por exemplo, a revista orienta indicar se “a questão de investigação é explicitamente enunciada e justificada” no manuscrito; se há “coerência entre o problema de pesquisa, o referencial teórico e a proposta metodológica” da pesquisa, e se as “conclusões são sustentadas pelas análises”. Para avaliação de um manuscrito que relata uma pesquisa teórica, por sua vez, há outros critérios, por exemplo: se é identificada a “defesa explícita de uma tese”; se o acervo teórico mobilizado é justificado e “composto por reflexões e conceitos relacionados aos referenciais e trabalhos importantes para a área”; e se o “argumento teórico desenvolvido é claro e consistente”. Estes e outros critérios estão publicizados no site da revista. Eles orientam o trabalho das pessoas pareceristas e o julgamento editorial, garantindo maior rigor, qualidade e integridade às publicações.

Um segundo elemento na constituição de um parecer construtivo está mais vinculado à forma de fazê-lo. Os pareceres podem apresentar indicações com diferentes níveis de diretividade (Varas Espinoza, 2015). Em um primeiro nível, conforme Varas Espinoza (2015), encontramos descrições gerais, nas quais o parecer indica aspectos positivos, esclarecimento pontuais ou sugestões vagas de alteração. Um parecer que mantém todas as indicações nesse nível de diretividade, em geral, oferece uma contribuição pouco efetiva para o avanço do manuscrito (Varas Espinoza, 2015). Embora consideremos que a solicitação de esclarecimentos por parte da pessoa revisora possa representar um movimento dialógico com a autoria e com a editoria, esse movimento não ocorre com frequência em nossa experiência editorial.

Em um segundo nível, por sua vez, a pessoa avaliadora solicita esclarecimentos e sugere a inclusão de elementos de maneira mais direta, mas caracterizados por certa ambiguidade (Varas Espinoza, 2015). São aqueles comentários que, embora mais diretos, são difíceis de serem interpretados como sugestões pontuais ou solicitações de mudança obrigatória. Assim, a forma como cada comentário aparece gera dificuldades de interpretação para as pessoas autoras na revisão do manuscrito.

Em um terceiro nível, a pessoa avaliadora, além de solicitar esclarecimentos e sugerir inclusões, aponta a necessidade de correções de maneira explícita e sem ambiguidades, contribuindo para que a autoria compreenda de forma mais profunda os limites de seu manuscrito e como estes podem ser superados (Varas Espinoza, 2015). Assim, seus propósitos comunicativos são mais claros, possibilitando também, sob nossa ótica, uma abertura para o diálogo entre pareceristas e autorias.

Um parecer com esse nível de diretividade, todavia, não significa que seu conteúdo deva ser necessariamente longo. Essa relação não se sustenta, como temos observado nos pareceres recebidos na Ensaio. A extensão de um parecer não é, por si só, indicativa de sua qualidade. Como apontam Cabezas Del Fierro et al. (2018), um parecer construtivo não depende somente da quantidade de comentários, mas da clareza, da pertinência e da objetividade das sugestões apresentadas. Esse nível de diretividade, denominado “*action-able advice*” (Lee, 1995), aponta o que deve ser realizado pelas pessoas autoras em termos de ações. Por vezes, recebemos um parecer que indica “é necessário aprofundamento na seção de discussão” (Hohendorff, 2021, p. 2). Esse tipo de indicação é pouco útil às pessoas autoras e à editoria. Seria importante, no caso desse exemplo, que o parecer indicasse quais resultados precisariam ser melhor discutidos/aprofundados e se possível, sugerir como isso poderia ser realizado (e.g. sugestão de leituras complementares) (Hohendorff, 2021). Nesse sentido, a indicação de referências pertinentes pode configurar uma contribuição importante (Hohendorff, 2021), mas que demanda um compromisso ético da pessoa avaliadora. Indicação de referências redundantes ou de referências com o intuito de obter citações em benefício próprio são práticas antiéticas no processo editorial.

Por fim, com base nas discussões que temos desenvolvido em nossas reuniões formativas, e apoiados em leituras sobre o tema, um último elemento para a emissão de um parecer construtivo é evitar a hostilidade. A pessoa parecerista deve partir do princípio que as pessoas autoras não cometeram erros propositais e estejam alinhadas ao objetivo central da avaliação entre pares: favorecer o aprimoramento e avanço na pesquisa científica (Elsevier, 2015). Oferecer indicações não apenas claras e diretivas, mas também de modo mais dialógico e cortês, humaniza o processo avaliativo (Hohendorff, 2021).

UM EXEMPLO E UM CONVITE

As experiências com a publicação de artigos-parecer têm nos proporcionado experiências exitosas com pareceres construtivos. A partir de 2021, a revista tem publicado esse tipo de produção, visando o alinhamento de nossas diretrizes às práticas de Ciência Aberta. Desde então, publicamos dezoito artigos-pareceres. Cada um deles, apesar de suas especificidades, compartilham as características daquilo que consideramos pareceres originais construtivos.

O último artigo-parecer publicado no volume 27 é um exemplo interessante nessa direção (Forato, 2025). Trata-se de um texto originado a partir do parecer emitido pela professora Dra. Thaís Cyrino de Mello Forato que avaliou o manuscrito escrito por Aline Mazzarella, Hermann Schiffer e Andreia Guerra (Mazzarella et al., 2024). Este manuscrito, já publicado pela Ensaio, discute como o estudo histórico-cultural da prática científica de registro de eclipses totais em fins do século XIX e início do século XX, no contexto de aulas de física no Ensino Médio, gerava oportunidades para reflexões sobre a participação e a visibilização do trabalho de diferentes atores sociais na ciência (Mazzarella et al., 2024). Os estudantes foram acompanhados ao longo de um ano, e os dados do artigo se referem a um conjunto específico de seis aulas deste ano. Foram coletados os materiais escritos pelos estudantes nas atividades propostas, além das anotações de observações em um diário de campo. A pesquisa se fundamentou na História Cultural da Ciência e em perspectivas de uma Educação em Ciências para Justiça Social. Reproduzimos a seguir um trecho do parecer emitido por Forato, conforme autorização da parecerista e a carta de apresentação das autoras também o autoriza:

O primeiro parágrafo da página 2 define a promoção da Justiça Social como a busca por equidade política e social nas aulas de ciências e na sociedade. No entanto, a fundamentação apresenta uma circularidade lógica, utilizando a conclusão como premissa “[...] JS, na medida em que pode mobilizar discussões relacionando ciência, política e JS.”. Para fortalecer a argumentação, é necessário aprofundar o quadro teórico e demonstrar como o aprendizado proporcionado pela proposta contribui para os requisitos da Justiça Social.

(...)

A questão de pesquisa está bem formulada e consistente com o que foi feito. Dados a respeito da proposta implementada sugerem que a abordagem histórica relata o envolvimento de diferentes grupos sociais, participando diretamente ou colaborando indiretamente com a ciência. Tais aspectos refletem o conteúdo da pesquisa e podem ser destacados no título, palavras-chave e resumo. É importante salientar que, embora o conhecimento produzido seja relevante e traga reflexões sobre a ciência, ele não garante, por si só, o atendimento aos requisitos teóricos da Justiça Social, tanto em perspectivas da virada do milênio (p. ex. Barton et al, 2003, Teaching Science for Social Justice) ou da última década (Ketschau, 2015, Social Justice as a Link between Sustainability and Educational Sciences). Considerar a diversidade de entendimentos, reforça a necessidade de se explicitar o referencial adotado, de que maneira os requisitos eleitos foram mobilizados e como foram explicitados (ou não) na análise de dados.

O primeiro elemento que destacamos neste trecho é o alinhamento às expectativas da editoria com relação aos critérios de avaliação da revista. Neste trecho, são ressaltados os seguintes aspectos: a apresentação e consistência da questão de pesquisa; a pertinência de um referencial teórico ao conteúdo abordado, bem como a formulação dos conceitos fundamentais mobilizados no estudo. De acordo com a parecerista, havia uma questão bem elaborada e consistente com a pesquisa. No entanto, havia algumas lacunas com relação ao quadro teórico sobre Justiça Social, vinculado a um conteúdo central do manuscrito. Nessa direção, há um segundo elemento do parecer que vale um destaque: a clareza e diretividade das sugestões. A parecerista indica uma circularidade lógica, que poderia ser resolvida por meio de um aprofundamento do quadro teórico. Esta indicação, por sua vez, também foi melhor explorada no parecer. A parecerista trouxe exemplos de entendimentos sobre o tema, explicitando a necessidade de se considerar a diversidade desse quadro teórico, indicando o explicitar do referencial adotado no estudo para que seu uso na análise de dados se tornasse mais explícito. Observemos, ainda, que o parecer auxilia as autoras a localizar pontos do texto que geraram, na parecerista, necessidade de esclarecimento e indicações de aprofundamento. O parecer oferece exemplos com citações diretas do manuscrito e aponta trechos que carecem uma revisão naquele sentido, como a definição encontrada na página 2, o resumo e o próprio título. Por fim, como vemos nesse trecho e ocorre ao longo de todo o parecer, é apresentada uma linguagem propositiva, com foco no aprimoramento do texto, sem marcas de hostilidade.

Essas indicações foram acolhidas pelas autoras, que apresentaram propostas para atendê-las por meio da carta-resposta enviada ao corpo editorial da revista após o encaminhamento do parecer. Após o aceite do manuscrito, por meio do artigo-parecer, a parecerista também reconheceu a apropriação de suas sugestões pelas autoras:

Tais provocações tiveram um resultado frutífero. (...). A fundamentação teórica sobre JS incorporou fundamentos sobre a micro-história, ampliando a discussão e conectando-a com aspectos do episódio que foram efetivamente trabalhados em sala de aula, como o apagamento de pessoas locais cujo trabalho viabilizou a observação do eclipse (Forato, 2025, p. 6).

Este exemplo retrata os elementos centrais que têm sido compartilhados entre aqueles pareceres que consideramos construtivos e que culminam com a publicação de artigos-pareceres: atenção aos critérios de avaliação da revista, orientações diretivas e claras, e o uso de um tom mais propositivo e não hostil.

A partir dessa análise, convidamos você, cara leitora e caro leitor, a uma reflexão a partir da pergunta levantada por Hohendorff (2021): por que se tornar avaliadora ou avaliador de periódicos? Ora, todas e todos nós desejamos que nossos artigos sejam avaliados com seriedade e integridade, de modo que os pareceres recebidos contribuam para sua melhoria, sem julgamentos de valor ou manifestações de hostilidade. Ainda, acreditamos que nós, da área de Educação em Ciências, almejamos que o conhecimento científico circule e contribua para transformar nossa sociedade em um espaço mais democrático e justo, conforme defendido por

Paulo Freire (1967, 2022). Por isso, defendemos que pesquisadoras e pesquisadores se disponibilizem a participar do processo avaliativo como pareceristas. A participação nesse processo não apenas envolve reciprocidade, mas também constitui uma oportunidade de formação, ao favorecer o desenvolvimento de uma postura mais crítica e reflexiva. Isso pode influenciar positivamente as pesquisas futuras da pessoa revisora, tornando-as mais fundamentadas e críticas, assim como fortalecer a circulação de conhecimentos construídos a partir de processos construtivos.

Ao final desta escrita, mas como parte de um diálogo que não se encerra neste editorial, acreditamos que ele cumpriu sua função de favorecer uma reflexão sobre a avaliação entre pares e o que tem significado para nós a emissão de um parecer construtivo. Ao mesmo tempo, também fazemos deste editorial convite à comunidade: além da submissão de artigos, à participação dos processos avaliativos como pareceristas.

Agradecimentos

Agradecemos a todas as pessoas da editoria da Revista Ensaio pelas contribuições que possibilitaram a elaboração deste editorial. Em especial, agradecemos ao colega Dr. Geide Rosa Coelho, ex-editor da Ensaio, que contribuiu sobremaneira na condução de discussões sobre pareceres construtivos junto à nossa equipe, e à Luciana Massi pela leitura atenta e contribuições com este editorial.

Referências Bibliográficas

Adam, D. (2024). The early days of peer review: five insights from historic reports. *Nature*, 634, 761-762. <https://www.nature.com/articles/d41586-024-03287-4>

Cabezas Del Fierro, P., Meruane, O. S., Varas Espinoza, G., & Herrera, V. G. (2018). Peering into peer review: Good quality reviews of research articles require neither writing too much nor taking too long. *Transinformação*, 30(2), 209–218. <https://doi.org/10.1590/2318-08892018000200006>.

Csiszar, A. (2016). Peer review: Troubled from the start. *Nature*, 532, 306-308. <https://doi.org/10.1038/532306a>.

Elsevier. (2015). Elsevier editors share their top reviewing tips – Part 2. <https://www.elsevier.com/connect/elsevier-editors-share-their-top-reviewing-tips-part-2>.

Varas Espinoza, G. (2015). *El informe de arbitraje en el proceso de revisión por pares de artículos de investigación: Niveles de retroalimentación según el tipo de evaluado* [Tesis de magister en estudios latinoamericanos con mención en lingüística, Universidad de La Serena]. Universidad de La Serena.

Freire. (2022). *Pedagogia do oprimido* (81ª ed.). Paz e Terra.

Freire. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra.

Forato, T. C. de M. (2025). Artigo-parecer: educação em ciências para justiça social: discutindo atores invisibilizados no processo de construção da ciência. *Ensaio Pesquisa Em Educação Em Ciências*, 27, e57327. <https://doi.org/10.1590/1983-2117-57327>.

Gross, C. P. (2020). O parecerista: protagonista anônimo da qualidade[Editorial]. *Revista Direito GV*, 16(2), e1957, 1-9. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201957>.

Hohendorff, J. V. (2021). Como elaborar um parecer de artigo científico? E por que devemos ser revisores [Nota técnica]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37, e370001, 1-3. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e370001>.

Kronick, D. A. (1990). Peer Review in 18th-Century Scientific Journalism. *JAMA*. 263(10), 1321-1322. <https://doi.org/10.1001/jama.1990.03440100021002>.

Lee, A. S. (1995). Reviewing a manuscript for publication. *Journal of Operations Management*, 13(1), 87-92. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/027269639594762W>.

Mazzarella, A., Schiffer, H., & Guerra, A. (2024). Educação em ciências para justiça social: discutindo atores invisibilizados no processo de construção da ciência. *Ensaio Pesquisa Em Educação Em Ciências*, 26, e48289. <https://doi.org/10.1590/1983-21172022240182>.

Mendonça, P. C. C., Franco, L. G., Massi, L., & Coelho, G. R. (2023). Experiências da Revista Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências com avaliação por pares aberta [Editorial]. *Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências*, 25, e42617, 1-9. <https://doi.org/10.1590/1983-21172022240137>.

Patrus, R., Dantas, D. C., & Shigaki, H. B. (2016). Pesquisar é preciso. Publicar não é preciso: História e controvérsias sobre a avaliação por pares. *Avaliação*, 21(3), 799-820. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000300008>.

Pinho, J. A. G. (2005). Brevíssimo manual do editor: Considerações sobre submissão e avaliação de artigos, o papel dos pareceristas e do editor de revistas científicas. *Organizações & Sociedade*, 12(34), 169-173. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10798/7746>.

Smith, R. (2006). Peer Review: A Flawed Process at the Heart of Science and Journals. *Journal of the Royal Society of Medicine*, 99(4), 178-182. <https://doi.org/10.1177/014107680609900414>.

Spier, R. (2002). The history of the peer-review process. *Trends Biotechnol*, 20(8), 357-358. [https://doi.org/10.1016/s0167-7799\(02\)01985-6](https://doi.org/10.1016/s0167-7799(02)01985-6).

Marina Martins

Titulação: Doutora em Educação

Filiação institucional: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

E-mail: marinamartins@ufrb.edu.br.

Glauco S F Silva

Titulação: Doutor em Ensino de Ciências

Filiação institucional: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ – Campus Petrópolis

E-mail: glauco.silva@cefet-rj.br.

Luiz Gustavo Franco

Titulação: Doutor em Educação

Filiação institucional: Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: luizgfs@ufmg.br.

Contato

Centro de Ensino de Ciências e Matemática de Minas Gerais – CECIMIG
Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais
revistaepec@gmail.com

O CECIMIG agradece ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico) e à FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) pela verba para a editoração deste artigo.